

Migração intrametropolitana: movimentos dos pobres?

José Marcos Pinto da Cunha*

Ao que tudo indica, a migração intrametropolitana estaria contribuindo para reproduzir e até mesmo acentuar os níveis de segregação espacial, ao caracterizar-se por movimentos de famílias em direção a áreas onde o perfil socioeconômico dos habitantes seja mais ou menos semelhante.

Introdução

Na década de 70, mais de 920 mil pessoas mudaram de município no interior da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), cifra esta que representou mais de 24% do total dos migrantes identificados na região.

Estudos específicos sobre as características dos movimentos migratórios intrametropolitanos mostraram que estes, além de serem movimentos tipicamente familiares (em geral, de famílias no início do ciclo vital), característica comum a outros tipos de movimentos migratórios, são empreendidos predominantemente por famílias (ou indivíduos) de baixa renda e, portanto, com piores condições de vida (Cunha, 1994; Duarte, 1981).

Análises feitas a partir da consideração dos fluxos migratórios, ao possibilitarem a comparação dos migrantes com os residentes na origem e no destino dos movimentos, revelaram, contudo, certas peculiaridades deste tipo de migração

que permitiram refletir sobre o seu papel no processo de segregação espacial da população metropolitana e, principalmente, sobre quão pobres seriam estes migrantes.

Tendo em vista os tipos mais prováveis de "incentivos" (ou constrangimentos, conforme se interprete) a estes movimentos, percebe-se que, de fato, os migrantes intrametropolitanos não apenas adquirem características diferenciadas conforme os locais de destino migratório, como também se diferenciam muito mais dos residentes na origem do movimento que daqueles residentes no destino.

Utilizando os dados do Censo Demográfico de 1980, os únicos disponíveis até o momento, este artigo pretende, portanto, realizar uma discussão sobre a situação socioeconômica dos migrantes intrametropolitanos relativamente aos demais residentes nos municípios envolvidos nos fluxos migratórios. Além de demonstrar a existência de diferenciações em relação aos residentes na origem e no

*Demógrafo do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

destino migratórios, também tratar-se-á de mostrar as especificidades destes diferenciais segundo as características das áreas de onde partem e, sobretudo, para as quais se dirigem estes migrantes.

Mesmo estando baseada em dados da década de 70, considera-se a presente análise bastante oportuna por tratar de aspectos de um fenômeno intrínseco às grandes aglomerações urbanas ainda pouco conhecido e estudado (1). A justificativa deste estudo deriva, portanto, da necessidade de se avançar no entendimento destes movimentos que, a se confirmar as expectativas de diminuição da mobilidade espacial no país (2), deverão assumir um papel ainda mais importante na dinâmica demográfica e reestruturação das regiões metropolitanas brasileiras, especialmente a de São Paulo. Ademais, os resultados aqui alcançados poderão ser úteis para futuras comparações advindas da análise dos dados ainda não divulgados do Censo de 1991.

Considerações preliminares

Questões metodológicas

Características gerais do Censo Demográfico

O Censo Demográfico de 1980 é, sem dúvida, uma das mais importantes

fontes de dados para o estudo da migração. Contudo, para uma correta interpretação e utilização de seus dados, deve-se ter presente algumas de suas características. Talvez a mais importante, para os fins deste estudo, seja o seu caráter não retrospectivo.

No caso da migração, os dados censitários referem-se ao momento do recenseamento, ou seja, correspondem a uma "fotografia" da data referencial censitária (no Brasil, 1º de setembro). Assim sendo, praticamente nada se conhece acerca dos indivíduos ou famílias em outros momentos. Esta mesma característica também acarreta a captação de informações apenas das pessoas "sobreviventes" (à mortalidade ou à remigração), o que equivale a dizer que os dados com o quais se trabalha refletem apenas a situação daqueles que residiam no local no momento censitário.

Em decorrência desta limitação intrínseca, análises comparativas poderiam sofrer distorções, uma vez que as características médias dos migrantes não necessariamente corresponderiam àquelas exibidas no momento em que a migração ocorreu. Por esse motivo, análises sobre seletividade que comparem, por exemplo, migrante *versus* não-migrante devem ser tomadas com cautela e critério. O mesmo pode ser dito no que concerne às características dos migrantes segundo o tempo de residência. Como lembra Martine (1979), é difícil saber se as diferenças encontradas seriam fruto

(1) Além dos estudos de Duarte (1981) e Cunha (1994) para São Paulo, tem-se notícias apenas de dois outros para Belo Horizonte: Matos (1994) e Rigotti (1994).

(2) Martine (1994:10), com base nos dados divulgados do Censo de 1991, sustenta, por exemplo, ter havido "uma redução expressiva na migração do Nordeste para o Sudeste". De fato, pelo menos para São Paulo, os dados obtidos nas PNADs apontam neste sentido: enquanto, em 1980, o total de não naturais do Estado de São Paulo com menos de dez anos de residência somava 3,05 milhões de pessoas, em 1992 este número passou para 2,4 milhões, voltando a cair em 1993, quando atinge o montante de 2,3 milhões de pessoas (IBGE/DPE/DEPIS). O saldo migratório negativo apresentado pela Região Metropolitana de São Paulo no período 1980-91 é uma prova inequívoca de que houve modificações na dinâmica migratória, no sentido seja de uma intensificação da migração de retorno (por exemplo, de nordestinos), seja da emigração para o interior do estado, o que permite sustentar que os movimentos intra-urbanos, sobretudo os intrametropolitanos, ganharam importância relativa no processo migratório desta região, característica que se presume valer também para outras áreas metropolitanas (Cunha, 1995).

de uma real adaptação dos mais antigos ou, simplesmente, um processo de seleção em que os "menos adaptados" tenderiam a remigrar. No caso particular deste estudo, tais problemas estarão sempre presentes, e muito pouco se pode fazer para contorná-los, a não ser ter-se muito cuidado e discernimento na interpretação.

A definição do objeto a partir do Censo

O *migrante intrametropolitano* foi aqui definido como o indivíduo residente na Região Metropolitana de São Paulo, não natural do município onde morava há menos de dez anos e cujo município de residência anterior pertencia a esta mesma região. Tal definição apresenta problemas, não apenas pelo fato de poder referir-se a um movimento espúrio na trajetória migratória de um indivíduo, mas também por estar atrelada à divisão político-administrativa municipal, não permitindo captar os movimentos intramunicipais.

Como contraponto aos migrantes intrametropolitanos foram também considerados os residentes na origem e no destino dos movimentos, segundo duas categorias: *não-migrantes*, que corresponderiam às pessoas naturais do município somadas aos migrantes com mais de dez anos de residência; e *outros migrantes*, pessoas que migraram durante a década de 70 para a Região Metropolitana de São Paulo e cujo município de residência anterior estivesse fora desta área. É importante destacar que por trás da denominação "não-migrantes" encontra-se a idéia de que os migrantes com muito tempo de permanência no município tendem a apresentar poucas diferenças com relação aos nativos.

A identificação da família a partir do chefe pôde ser feita por meio do quesito referente ao grau de parentesco com o mesmo. Como conseqüência, a condição migratória do chefe foi a que norteou a classificação das famílias em migrantes e

não-migrantes. É importante frisar que, também nesse caso, captou-se apenas os membros da família que residiam no mesmo domicílio do chefe no momento de realização do Censo.

A principal variável utilizada para qualificar a situação socioeconômica dos indivíduos e famílias foi a "renda *per capita* familiar", obtida a partir da média das rendas individuais de cada elemento da família. Esta escolha esteve ancorada na convicção de que a família é "o *locus* onde perpassam as relações de reprodução social e sobrevivência" (Médici, 1984).

Dentre os critérios utilizados para estabelecer os intervalos de renda, dois deles merecem maiores explicações. Primeiro, o da chamada "linha de pobreza", considerada um elemento essencial de diferenciação das famílias. Neste particular, recorreu-se ao estudo de Rocha (1991:35), em que são determinadas, para vários anos, as "linhas de pobreza" para as várias regiões metropolitanas brasileiras, definidas como um "parâmetro de valor que serve para distinguir pobres de não-pobres ao corresponder a um nível de consumo compatível com o atendimento de necessidades básicas". Para a Região Metropolitana de São Paulo, a estimativa utilizada correspondeu àquela obtida para o ano de 1981, definida em 0,68 salário mínimo. Este corte resultou em um dos intervalos de renda adotados no presente estudo. Os demais cortes obedeceram ao que tradicionalmente se emprega nas tabulações censitárias e, por conseguinte, em vários trabalhos que lançam mão desta variável.

O segundo critério refere-se ao corte alternativo de "menos de dez salários mínimos" usado nas comparações da renda *per capita* das famílias. Na verdade, em função da grande concentração de renda existente na região em estudo, a inclusão da pequena proporção de famílias com ganhos *per capita* superiores a dez salários mínimos - 3,18% para "não-migrantes", 1,25% para os "migran-

tes intrametropolitanos" e 1,88% para os "outros migrantes" – elevava demasiadamente a média, dando, a meu ver, uma falsa idéia da real situação relativa dos migrantes intrametropolitanos. Se isso pouco influenciava as conclusões sobre os diferenciais entre "migrantes intrametropolitanos" e "outros migrantes", tinha impacto significativo quando o contrapon-to eram os "não-migrantes", dada a grande variância apresentada por estes últimos.

Contextualização espacial

A Região Metropolitana de São Paulo: uma breve caracterização

Não há dúvida de que as décadas de 50, 60 e 70 assistiram a uma importante modificação na distribuição espacial da população brasileira e, especificamente, na estrutura urbana do território que hoje representa a Região Metropolitana de São Paulo. Ainda que seja difícil estabelecer uma data exata para o começo da aceleração do ritmo do processo de metropolização, parece ser consenso que o fenômeno já se fazia presente na década de 50. "O período intercensitário 1940-50 caracteriza-se, nitidamente, como fase de transição entre o período anterior (início tímido da metropolização) e o atual (aceleração da mesma), por apresentar traços comuns a ambos [...]" (Langenbuch, 1971).

Também ainda nos anos 50 começa a se caracterizar uma discreta mas efetiva desconcentração da população metropolitana, com a capital apresentando perdas em sua participação relativa na RMSP. Nos anos 60 observa-se não só uma redução do peso relativo da população da capital, mas também um arrefeci-

mento de suas taxas de crescimento demográfico.

Desde o final da década de 20, quando a então principal atividade econômica do país, a cultura do café, enfrentou a sua pior crise e o setor industrial assumiu definitivamente o papel de locomotiva do desenvolvimento e da diversificação da estrutura produtiva, o capital produtivo, superando o modelo primário exportador, passou a voltar-se para o mercado interno, que por sua vez se foi tomando cada vez mais dependente da indústria nacional, em função das restrições às importações. Neste processo, a posição econômica e demográfica da Região Metropolitana de São Paulo consolidou-se crescentemente. Já em 1940, a região respondia por mais de 21% da população do estado e por 64% do Valor da Transformação Industrial (VTI) estadual. Tal posição, ao menos até o final da década de 50, ancorava-se principalmente no comportamento de crescente destaque do município de São Paulo.

No processo de metropolização (3) iniciado nos anos 40, pode-se apontar como um importante divisor de águas o ano de 1956, momento de implantação do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, que impôs grandes mudanças na estrutura industrial do país e, em particular, da Região Metropolitana de São Paulo, onde se instalaram importantes setores da indústria pesada de bens de produção, implicando a redistribuição espacial da atividade econômica regional e da própria população.

Pode-se dizer que a década de 70 marcou o final do processo progressivo de concentração econômica na RMSP (Cano *et al.*, 1992). De fato, se no começo deste decênio a Região detinha cerca de 43% do VTI nacional e 71% do estadual, em 1980 esta cifra já caíra para

(3) Utiliza-se aqui a periodização proposta por Langenbuch (1971), baseada em critérios de natureza geográfica.

menos de 34% e 59%, respectivamente. Para tanto, muito contribuiu o desenvolvimento agrícola do estado, ao alavancar os setores industriais químico e mecânico. Aliás, um dos principais beneficiários de todo esse processo foi justamente o interior do Estado de São Paulo, em especial a região de Campinas.

A crise econômica e social que assolou o país nos anos 80 intensificou ainda mais o processo de desconcentração industrial da RMSP. Obviamente, este comportamento não significou a perda de importância da área metropolitana como o grande centro financeiro, comercial e de serviços do país; ao contrário, apenas marcou e intensificou essas características. Entretanto, tais acontecimentos tiveram conseqüências significativas para a dinâmica demográfica regional, sobretudo em termos migratórios.

Os dados do Censo de 1980 já apontavam neste sentido ao registrarem uma redução do ritmo de crescimento populacional da RMSP, fenômeno corroborado pelos dados do Censo de 1991 recentemente divulgados. O ínfimo crescimento da capital no período 1980-91 (apenas 1,86 % a.a.), resultado de um saldo migratório negativo, a diminuição da velocidade de expansão da periferia e a emergência e/ou consolidação de pólos econômicos/demográficos no interior são mostras de tais mudanças.

Estruturação regional e heterogeneidade espacial

Esta trajetória econômica foi acompanhada de um processo de expansão e estruturação urbana pautado por um caráter centrífugo, ou seja, com a ocupação e o crescimento demográficos ocorrendo a partir do centro principal (o município de São Paulo) progressivamente em direção

às áreas mais periféricas. As ferrovias, em um primeiro momento, e depois as rodovias tiveram uma importância decisiva na determinação das áreas que sucessivamente seriam incorporadas à grande metrópole.

Pode-se dizer que, até aproximadamente o final dos anos 50, a expansão da área metropolitana deu-se nas direções Leste, já incorporando municípios como Ferraz de Vasconcelos, Oeste, com a emergência de Osasco (ainda não desmembrado da capital), e Sudeste, a região do ABC (4). Por esta época, as rodovias (a Dutra e a Anchieta, por exemplo) já se destacavam como direcionadoras desta expansão.

É importante frisar que os múltiplos caminhos e a extensão da desconcentração demográfica do centro da metrópole não se repetiram com relação à atividade industrial e, de maneira mais geral, com a redistribuição da atividade produtiva regional. Apenas áreas bastante específicas, como os municípios do ABC, experimentaram os primeiros impactos da desconcentração industrial, o que possibilitou que se tornassem grandes subcentros da região. Mais tarde, outras zonas foram sendo incorporadas, como ocorreu com Osasco e Guarulhos, ou mesmo municípios como Diadema e Mauá (próximos ao ABC), muito embora, nestes casos, isso não tenha implicado a alteração de suas características marcadamente de áreas dormitórios.

Assim, se por um lado a RMSP apresentou um espraiamento de mais de mil km² no período 1952-80, incorporando um grande número de municípios nas várias direções, a atividade industrial, e com ela a diversificação da atividade produtiva, ficou limitada a um número menor de áreas. Tal situação refletiu, em muitos

(4) Denominação decorrente das iniciais dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

sentidos, o grande crescimento das áreas chamadas "periféricas", das quais uma expressão geográfica/administrativa foram os municípios dormitórios.

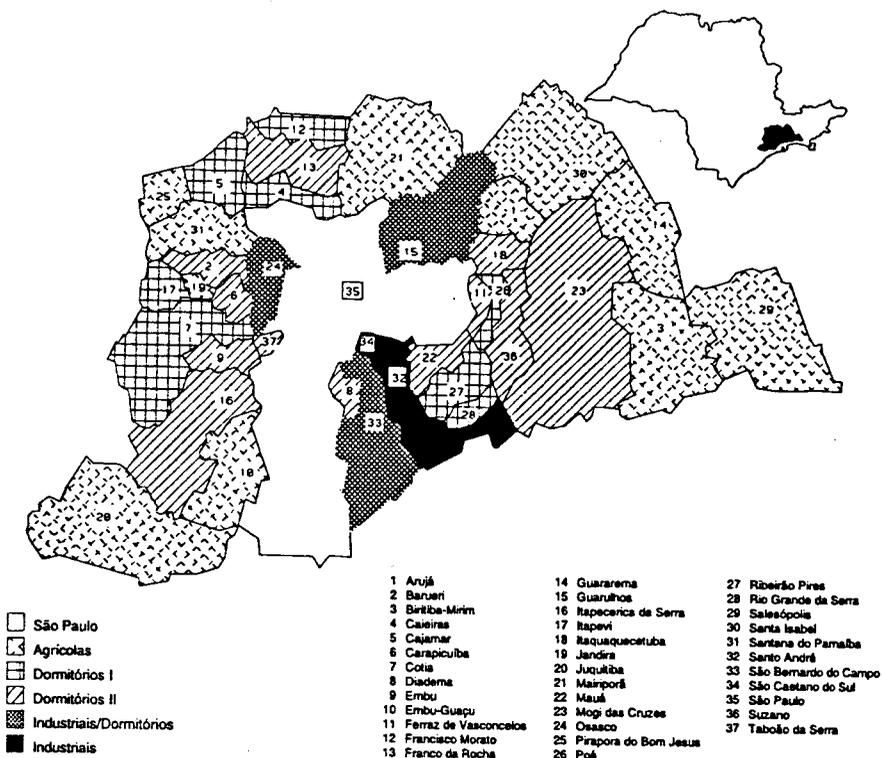
Do anterior se depreende que a RMSP é bastante heterogênea em termos espaciais. Avaliando as características econômicas, sociais e demográficas dos 37 municípios que a integravam em 1980, além de São Paulo, pôde-se identificar quatro grandes tipos:

(a) *industriais*: municípios com grande e moderno parque industrial, com os mais expressivos indicadores sociais e de infra-estrutura básica, e que apresentaram crescimento modesto na década de 70;

(b) *industriais/dormitórios*: assim denominados por serem municípios com significativo peso industrial mas, ao mesmo tempo, com elevado crescimento demográfico e com grande parcela da população de baixa renda vivendo em condições ainda precárias;

(c) *dormitórios*: municípios com função estritamente residencial, de infimo peso industrial, grande crescimento demográfico desde 1960, e condições gerais desfavoráveis em termos sociais e de infra-estrutura. Abrigam predominantemente população de baixa renda, porém, cada vez mais vêm sendo procurados pela população de mais alta renda que deixa a grande cidade em busca de

Mapa 1
Tipologia de municípios
Região Metropolitana de São Paulo - 1970/80



espaços mais seguros e saudáveis dentro da região. Estes municípios foram subdivididos em dois grupos (I e II), de forma a separar aqueles definitivamente inseridos na expansão metropolitana (I) daqueles que, nos anos 70, apenas iniciavam sua inserção (II);

(d) *agrícolas*: municípios pobres, mais afastados da capital, com atividade predominantemente agrícola e um crescimento demográfico muito discreto.

Além dessa divisão, há que se considerar, também, que mesmo dentro dos grupos existem diferenciais, principalmente entre os municípios dormitórios localizados nas zonas Leste e Oeste (mais pobres) e aqueles da zona Sudeste, que formam a área de influência da grande zona industrial do ABC paulista.

O agrupamento proposto pode ser melhor visualizado no Mapa 1. Como veremos a seguir, este agrupamento será muito útil para a análise na medida em que, por hipótese, as características da migração deveriam variar segundo os perfis dos municípios de origem e destino.

Algumas considerações hipotéticas

Supõe-se que grande parte dos condicionantes da mobilidade intrametropolitana esteja relacionada a dois processos, ambos com implicações decisivas na estruturação do espaço: o mercado de terras e o mercado de trabalho, o primeiro implicando principalmente a "periferização" (5) da população e o segundo, determinado em boa medida pela desconcentração da atividade econômica, resultan-

do no deslocamento de trabalhadores na região. Estes processos atuariam conjuntamente, com características e intensidades distintas, nos vários subespaços metropolitanos.

A "periferização" da população de baixa renda teria como principais elementos estruturais explicativos as questões relativas à moradia. Entre estas, na RMSP, destacam-se: as modalidades de ocupação e parcelamento do solo, a especulação imobiliária, as políticas públicas e a concentração demográfica. É óbvio que, do ponto de vista da população mais pobre, a moradia é um dos problemas fundamentais a serem resolvidos no sentido de viabilizar a permanência na área metropolitana (Patarra e Bogus, 1980; Duarte, 1981). As figuras dos loteamentos periféricos, muitos deles clandestinos, surgiram como alternativa em um contexto de grande valorização das zonas mais centrais e, portanto, na falta de ofertas habitacionais acessíveis nestas áreas.

Também não se pode desconsiderar que parte dos deslocamentos populacionais na região esteve (e ainda está) ligada ao surgimento de condomínios e bairros privados em áreas distantes do centro principal, cujos condicionantes seriam, em termos gerais, a busca, pelas classes mais abastadas, de espaços mais saudáveis e seguros para morar na região. Nesse sentido, a deterioração das condições de vida na grande cidade, a acessibilidade e as ofertas imobiliárias seriam elementos importantes a serem considerados.

Embora a questão do uso e posse do solo urbano possa permear, em gran-

(5) Entende-se aqui por "periferização" o processo de ocupação e adensamento de áreas economicamente mais acessíveis para as populações de baixa renda e, portanto, cuja principal função dentro da RMSP seria abrigar este contingente demográfico impossibilitado de residir nas valorizadas áreas mais centrais. Estas áreas centrais, por sua vez, seriam os lugares onde grande parte dos habitantes das periferias exerceria suas atividades produtivas e buscaria os bens e serviços mais complexos necessários porém inexistentes ou pouco desenvolvidos em seus lugares de residência.

de medida, a localização final (ou mais estável) do indivíduo (ou família) na RMSP, acredita-se que a localização das atividades econômicas – indústria, comércio e serviços – teve, e continua tendo, papel fundamental no direcionamento de boa parte dos fluxos internos metropolitanos. Mesmo que o fator demográfico, em princípio, não condicione a localização industrial dentro da RMSP, a população parece ter respondido a esta reorganização espacial da estrutura produtiva metropolitana. Não há dúvidas de que, além do efeito multiplicador na economia local, o crescimento econômico, em especial o industrial, apresentou como contrapartida um afluxo populacional que variou segundo a intensidade do primeiro processo.

A tendência de expansão ou desconcentração industrial e do setor produtivo de maneira geral, do centro rumo às zonas vizinhas e próximas, modificou o quadro de oferta de empregos e possibilitou a emergência de novos pólos na região, tendendo, indubitavelmente, a propiciar uma movimentação interna de pessoas em busca desse novo mercado.

Em suma, pode-se dizer que dificilmente outras problemáticas distintas dos mercados de terra e de trabalho resumiriam de forma tão adequada os elementos constitutivos da estrutura de incentivos e/ou constrangimentos que condicionaram de maneira mais próxima os movimentos intrametropolitanos, sobretudo aqueles da década de 70.

Assim sendo, pode-se pensar que as famílias (incluindo indivíduos que vivem sozinhos) que migraram internamente na RMSP poderiam ser definidas segundo as diferentes implicações que cada elemento da órbita da estrutura de

motivações/constrangimentos teria sobre suas necessidades e preferências, enfim, sobre suas decisões acerca de sua localização espacial dentro da região. Pode-se pensar, portanto, que estas famílias deveriam apresentar diferenciações segundo o destino tomado, na medida em que este poderia ser "escolhido" (6) em função da incidência diferenciada dos dois principais condicionantes dos movimentos (mercado de terras e/ou mercado de trabalho). Nesse sentido, não se poderia pensar em uma homogeneidade da migração intrametropolitana, e muito menos que esta poderia receber um único rótulo no que diz respeito às características socioeconômicas dos migrantes. É o que se tratará de mostrar nas páginas seguintes.

A comparação com a população no destino: a migração como elemento de reforço da segregação espacial

Como já foi mencionado, nos movimentos migratórios intrametropolitanos, como na maior parte dos inter-regionais, predominaram as pessoas ou famílias de baixa renda. Este fato pode ser comprovado a partir da constatação de que quase 73% das famílias dos chefes que realizaram esta migração na década de 70 apresentavam uma renda *per capita* inferior a dois salários mínimos e apenas 5,8% possuíam uma renda média superior a cinco salários mínimos (Tabela 1).

Quando consideramos estas famílias segundo o lugar de residência atual dos chefes, a situação não se modifica no que tange à maior representação de famílias mais pobres. Contudo, pode-se

(6) O termo "escolha", aqui, não significa necessariamente que seja feita uma opção totalmente voluntária. Se isso seria válido para as classes de maior poder aquisitivo, o mesmo não ocorre com os mais pobres que, na verdade, são literalmente impelidos para as áreas mais periféricas, que surgem como a "única opção" e não propriamente uma "escolha".

Tabela 1

Distribuição das famílias por classes de renda *per capita*, segundo o município de residência atual e a condição migratória do chefe
Região Metropolitana de São Paulo - 1980

Município Atual	Condição Migratória	Distribuição das Famílias por Classes de Renda Per Capita (Em Salários Mínimos) (%)							Renda Média	
		< 0,68	0,68-2	2-5	5-10	> 10	S/Rend.	S/Decl.	Total	< 10 SM
São Paulo	Intrametropolitana	18,21	45,52	22,65	8,65	3,59	0,77	0,60	6,44	2,03
	Outros Migrantes	23,49	48,66	18,50	5,30	2,56	0,90	0,59	5,89	1,67
	Não-migrantes	13,91	43,20	28,24	9,70	3,88	0,78	0,82	8,09	2,22
Industriais	Intrametropolitana	10,54	44,72	32,58	9,21	1,89	0,60	0,46	5,25	2,31
	Outros Migrantes	19,23	53,10	22,01	3,30	0,71	1,03	0,61	5,26	1,62
	Não-migrantes	9,83	46,86	33,91	6,65	1,47	0,59	0,69	6,75	2,18
Industriais/Dormitórios	Intrametropolitana	17,75	44,95	27,88	6,81	1,49	0,63	0,50	5,04	2,00
	Outros Migrantes	30,04	51,10	14,89	1,96	0,43	1,01	0,57	4,66	1,31
	Não-migrantes	18,77	50,64	23,83	4,18	0,93	0,87	0,78	6,33	1,73
Dormitórios I	Intrametropolitana	29,02	53,26	13,90	1,84	0,61	0,83	0,53	4,32	1,30
	Outros Migrantes	35,19	51,45	10,42	1,08	0,34	1,06	0,45	3,62	1,12
	Não-migrantes	27,94	50,98	16,28	2,34	0,65	1,12	0,69	5,38	1,38
Dormitórios II	Intrametropolitana	34,07	47,63	12,89	2,93	1,08	0,94	0,66	5,08	1,31
	Outros Migrantes	40,42	47,14	8,50	1,14	0,35	1,73	0,71	5,32	1,03
	Não-migrantes	30,30	46,88	20,51	4,06	0,71	0,87	1,51	9,31	1,60
Agrícolas	Intrametropolitana	40,46	40,64	12,49	3,37	1,37	0,89	0,78	5,95	1,28
	Outros Migrantes	46,77	42,02	7,40	1,42	0,41	1,46	0,51	3,77	0,98
	Não-migrantes	44,27	40,53	10,28	1,92	0,58	1,62	0,81	5,60	1,09
Região Metropolitana	Intrametropolitana	24,23	48,46	20,17	4,59	1,25	0,76	0,54	4,88	1,64
	Outros Migrantes	26,13	49,34	16,93	4,18	1,88	0,96	0,57	5,37	1,54
	Não-migrantes	15,63	44,62	26,99	7,96	3,18	0,81	0,81	7,64	2,09

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulação especial.

perceber uma nítida diferença quanto à proporção dos mais pobres. Se para os migrantes que se dirigiram aos municípios dormitórios e agrícolas a proporção de famílias com rendimento *per capita* menor que dois salários mínimos superava a casa dos 80%, esta cifra era bem inferior no caso dos municípios industriais (55%) ou mesmo da capital e industriais/dormitórios (63%).

Estas diferenças na distribuição das famílias por categorias de renda não se refletem, necessariamente, na renda *per capita* média das mesmas, devido aos problemas explicitados na segunda seção deste artigo. Assim, enquanto os dados confirmam, por exemplo, a pior situação dos migrantes intrametropolitanos residentes nos municípios dormitórios I, não o fazem no que se refere às famílias migrantes residentes nos municípios dormitórios II e agrícolas (principalmente

nesses últimos), que apresentam renda *per capita* média em patamares comparáveis aos das áreas mais industrializadas (ver as duas últimas colunas da Tabela 1). Tal resultado, contudo, reflete o fato de que estas áreas são, sabidamente, espaços procurados para a criação de condomínios fechados, chácaras etc., nas quais vão se "refugiar" as famílias mais abastadas que, em função da forte concentração de renda existente na região, elevam significativamente a renda média da área.

Ao desconsiderarmos, portanto, a pequena proporção das famílias de alta renda (mais de dez salários mínimos), as diferenças entre os migrantes intrametropolitanos que se dirigem para municípios menos desenvolvidos e aqueles que vão para os mais industrializados tornam-se muito mais evidentes, principalmente pela menor representação de famílias

com nível de renda abaixo da linha de pobreza nestes últimos municípios, especialmente nos industriais (Tabela 1).

A desvantagem relativa dos migrantes fica ainda mais evidente quando os seus rendimentos familiares são comparados aos da população "não-migrante" da RMSP: enquanto os primeiros apresentam maior proporção de famílias nas categorias de renda abaixo de dois salários mínimos, sobretudo abaixo da linha de pobreza, os últimos registram sistematicamente uma maior concentração nas categorias de renda mais elevadas.

Em termos de renda familiar *per capita*, isso significa uma média de 4,88 salários mínimos para os migrantes intrametropolitanos e 7,64 salários mínimos, ou seja, quase o dobro, para os "não-migrantes". Os resultados não se modificam quando são consideradas apenas as famílias com renda *per capita* inferior a dez salários mínimos, embora, em termos porcentuais, a diferença diminua um pouco, com os migrantes intrametropolitanos atingindo uma renda 24% menor, contra 36% quando se considera o total de famílias. Com relação aos "outros migrantes" as diferenças são bem menores e praticamente desprezíveis, muito embora estes apresentem uma ligeira sobre-representação nas faixas de renda menores.

Estes resultados, obtidos para o total da região, modificam-se sensivelmente quando a análise é feita, novamente, considerando-se grupos de municípios, sobretudo no que se refere à situação dos migrantes em estudo com relação aos "não-migrantes". Se nos municípios dormitórios II e agrícolas os migrantes intrametropolitanos ainda se mantêm em situação mais desfavorável, o mesmo não ocorre, por exemplo, nos industriais/dormitórios, onde a situação se in-

verte, ou seja, as famílias dos "não-migrantes" apresentam-se mais concentradas nas categorias de renda mais baixa (menos de dois salários mínimos). Para os municípios industriais e dormitórios I – este último concentrando mais de 40% da migração intrametropolitana – as diferenças são bem menos acentuadas, principalmente nas porcentagens de famílias abaixo da linha de pobreza.

Em termos da renda *per capita* familiar, com exceção dos municípios agrícolas, a superioridade dos "não-migrantes" é muito clara, variando de um nível 45,6% maior, nos municípios dormitórios II, até 19,7%, nos municípios dormitórios I. Não obstante, as especificidades regionais da distribuição das famílias por categorias de renda, apontadas anteriormente, somente são espelhadas quando se considera as famílias com renda *per capita* inferior a dez salários. Nesse caso, percebe-se claramente as diferenciações segundo o lugar de destino dos migrantes, que revelam não ser uma regra geral a pior situação destes, já que em algumas áreas, como os municípios industriais e industriais/dormitórios, os migrantes apresentam renda média superior à dos "não-migrantes" (7).

Estes resultados contribuem para corroborar as expectativas de que, dados os incentivos produzidos pelas zonas industriais (laborais, com maior intensidade), os migrantes internos que rumariam para estas áreas, em média, deveriam apresentar melhores condições socioeconômicas que aqueles direcionados para os municípios menos desenvolvidos.

De todo modo, em quaisquer grupos de municípios, as diferenças com relação aos "não-migrantes", seja quanto à distribuição da renda total ou mesmo

(7) Como se pode notar, a renda média nem sempre é um bom indicador, devendo, sempre que possível, ser acompanhada da distribuição da variável analisada.

Tabela 2
Migrantes classificados por tipo e tempo de residência, segundo categorias de renda per capita familiar
Região Metropolitana de São Paulo - 1980

Migrantes por Tempo de Residência	Renda Per Capita em Salários Mínimos						Renda Média	
	< 0,68	0,68-2	2-5	5-10	> 10	Ignorado	Total de Famílias	Famílias < 10 SM
Intrametropolitano								
Total								
< 2 Anos	23,12	47,82	21,30	5,07	1,51	1,18	4,81	1,46
> 5 Anos	23,44	48,27	20,63	4,91	1,55	1,20	5,23	1,48
Industriais								
< 2 Anos	10,16	44,01	32,75	9,76	2,28	1,04	6,69	2,10
> 5 Anos	9,66	43,99	34,33	9,22	1,78	1,02	6,50	2,16
Dormitórios I								
< 2 Anos	26,43	52,99	16,37	2,27	0,81	1,13	4,04	1,19
> 5 Anos	31,09	52,52	12,41	1,89	0,69	1,40	5,15	1,09
Outros Migrantes								
< 2 Anos	28,74	45,44	16,25	4,78	2,84	1,95	5,85	1,28
> 5 Anos	22,21	49,42	19,50	5,27	2,46	1,14	5,22	1,43

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações especiais (NEPO/Unicamp).

quanto à renda *per capita* familiar até dez salários mínimos, não são muito pronunciadas, demonstrando que, ao menos até este nível de renda, os migrantes intrametropolitanos tendem a apresentar um perfil muito similar ao da população da área de destino.

Será que tais conclusões se sustentariam se se controlasse os migrantes por tempo de residência? Como se sabe, a possibilidade de que a maior antiguidade em uma determinada área faça com que o migrante adquira uma melhor condição (8) torna o controle desta variável fundamental para se chegar a conclusões mais robustas.

Foi buscando tais respostas que se chegou a um resultado muito interessan-

te, embora não necessariamente inesperado. Como mostra a Tabela 2, praticamente inexistem diferenças entre os migrantes intrametropolitanos mais antigos e os mais recentes. Seja com relação à distribuição das famílias por categoria de renda, ou mesmo com respeito à renda média, é bastante evidente que o tempo de residência não tem grande efeito sobre estas famílias. Tal resultado chama ainda mais a atenção pelo fato de que o mesmo não ocorre com os chamados "outros migrantes". Entre estes, aí sim, observam-se significativas diferenças, no sentido de que os mais recentes encontravam-se, em 1980, em pior situação.

As peculiaridades dos movimentos intrametropolitanos poderiam muito bem

(8) Para maiores detalhes sobre esta questão, consultar o interessante artigo de Martine (1979).

explicar este fato, na medida em que se pode pensar que boa parte desta migração dar-se-ia em um contexto muito mais definido em termos da situação econômica das famílias, em função de estas já terem uma experiência prévia na RMSP. Obviamente, tal questão mereceria uma reflexão mais profunda, já que traz implícita a idéia de que a mobilidade intrametropolitana não seria caracterizada por propiciar uma ascensão social ou, ao menos, econômica.

Para esclarecer tal discussão, a mesma Tabela 2 apresenta a situação do migrante em dois contextos extremos – municípios industriais e dormitórios I –, no sentido de que, por hipótese (9), estas seriam áreas cuja estrutura de motivações para a imigração estaria mais condicionada pelas dimensões do trabalho/emprego (industriais) e moradia (dormitórios I). Como se percebe, nos municípios industriais as diferenças são irrisórias, seja com relação à distribuição da renda, seja quanto à renda média. No caso dos municípios dormitórios I a situação até mesmo se inverte, com os migrantes mais recentes apresentando menor concentração de famílias na faixa de pobreza (menos de 0,68 SM), ou seja, mostrando-se em melhor situação. Mesmo neste caso, porém, não se pode dizer que as disparidades sejam muito elevadas.

Isso nos leva a concluir que nem mesmo a transferência para áreas mais desenvolvidas e, portanto, com maiores oportunidades de ascensão na escala social (ou meramente econômica) parece implicar uma real possibilidade de mobilidade, fato que reforça as proposições feitas acima.

Assim, considerar o tempo de residência, no caso dos migrantes intrametropolitanos, não teria grandes implica-

ções para a análise, o que não significa que todas as teorizações sobre o processo de adaptação (ou sobrevivência, como sugere Martine (1979)) deixem de ter validade nesse caso específico. Na verdade, tudo leva a crer que, dado o grau de integração espacial existente em uma região metropolitana como a de São Paulo, que possibilita, por exemplo, mudanças de municípios sem requerer necessariamente mudanças de lugar de trabalho, o tempo de residência que realmente importaria na caracterização das famílias ou indivíduos seria o de chegada na região. No entanto, este dado não está disponível nos censos demográficos, o que, sem dúvida nenhuma, prejudica este tipo de análise.

Todos os resultados anteriores nos levam a refletir acerca da peculiaridade da migração intrametropolitana diante da migração inter-regional (“outros migrantes”). Como interpretar a maior semelhança do migrante intrametropolitano com a população “não-migrante” do lugar de destino?

O mais provável é que tal situação estivesse ligada ao estágio mais avançado de adaptação das famílias dentro da RMSP, tese que se fortalece com os dados anteriores sobre tempo de residência. Tal fato implicaria não apenas alcançar uma melhor condição econômica, mas também um maior nível de informações sobre a área, o que facilitaria a decisão de (re)localização espacial.

Para muitas famílias (ou indivíduos), este maior nível de conhecimento da área poderia, inclusive, estar ligado ao fato de o movimento interno corresponder a um segundo momento na trajetória migratória com destino à região metropolitana e, portanto, de caráter mais definitivo. Esta questão faz sentido, na medida

(9) Uma discussão mais aprofundada sobre a estrutura de motivações e constrangimentos para os movimentos migratórios intrametropolitanos encontra-se em Cunha (1994).

em que grande parte dos migrantes intrametropolitanos (40,9%) não é natural do Estado de São Paulo.

Assim, ao que tudo indica, a migração interna estaria contribuindo para reproduzir, e até mesmo acentuar, os níveis de segregação espacial, ao se caracterizar como movimentos de famílias em direção a áreas onde o perfil socioeconômico dos habitantes fosse mais ou menos semelhante. Tal proposição poderá ser avaliada com base em outros dados, a serem analisados mais adiante.

Obviamente, a segregação espacial existente na Região Metropolitana de São Paulo é, via de regra, reproduzida no âmbito dos municípios, inclusive naqueles de ínfimo desenvolvimento urbano.

Várias constatações feitas até aqui apontam para a existência de um movimento em direção a estas "periferias" também de famílias dos estratos socioeconômicos mais elevados, apesar de a predominância de uma migração de baixa renda ser incontestável. São casos típicos dessa situação alguns municípios catalogados como dormitórios e agrícolas, nos quais, como vimos, a vinda dessas famílias mais abastadas teve implicações sobre a média da renda *per capita* familiar das respectivas áreas.

É bem verdade que, na década de 70, a migração de famílias em melhor situação socioeconômica não teve grande significado numérico. Do total das famílias de chefes migrantes intrametropolitanos (mais de 255 mil), menos de 6% contavam com uma renda *per capita* superior a cinco salários mínimos e apenas 1,3% ultrapassava os dez salários.

Assim, mesmo que esta não seja a ênfase do presente estudo, deve-se reconhecer que este fenômeno, que já podia ser identificado nos anos 70, é indubitavelmente uma tendência crescente na re-

gião, cujo peso e relevância no que se refere às formas de delimitação e ocupação do espaço urbano não devem ser menosprezados.

As diferenças com relação à população residente na origem: as especificidades segundo o destino dos movimentos

Certamente, a existência de claras diferenças entre os migrantes intrametropolitanos segundo as áreas de destino implica que, na comparação com a população de origem, também existam variações segundo os fluxos. O que não é óbvio ou facilmente previsível é o sentido destas diferenças.

Assim, embora na maioria dos fluxos considerados (10) na Tabela 3 os migrantes intrametropolitanos estejam mais concentrados nas faixas de menores rendimentos do que os "não-migrantes", existem algumas situações em que isto não se verifica. São casos exemplares o fluxo que parte de São Paulo em direção aos municípios industriais e aqueles originados nestes últimos e com destino a São Bernardo do Campo. Enquanto, no primeiro caso, a proporção de famílias com renda inferior a dois salários mínimos girava em torno de 52%, contra 57% dos "não-migrantes", no segundo esta cifra alcançava 40,4% contra quase 57%.

É interessante notar que ambos os fluxos são direcionados para áreas com grande dinamismo urbano-industrial. Isto contribui para corroborar a expectativa deste estudo, qual seja, a de que, efetivamente, os migrantes com destino aos municípios mais desenvolvidos deveriam apresentar, em média, melhores condições socioeconômicas que os demais. O

(10) Estes fluxos correspondem a 69,3% dos indivíduos e a 66,8% das famílias migrantes intrametropolitanas.

Tabela 3
Distribuição das famílias residentes por faixa de renda *per capita* familiar, segundo fluxos migratórios mais significativos e condição migratória do chefe
Região Metropolitana de São Paulo - 1980

Município de Origem	Condição Migratória do Chefe	Distribuição Percentual das Famílias Residentes por Faixa de Renda <i>Per Capita</i> Familiar (Em Salários Mínimos)				Total
		Menos de 0,68	0,68-2	2-5	5 e Mais	
São Paulo	Residentes na Origem					
	Não-Migrantes	13,91	43,20	29,24	13,05	1.734.898
	Outros Migrantes	23,49	48,66	18,50	7,86	408.341
	Emigrantes/Município de Destino					
	Industriais	10,01	42,05	33,92	12,88	10.948
	Ind./Dormitórios	18,35	45,70	27,20	7,63	62.644
	Dorm.I-Sudeste	22,10	56,54	17,89	2,33	16.061
	Dorm.-Leste	38,85	48,10	9,22	1,54	15.331
	Dorm.I-Oeste/Norte	28,79	53,59	13,62	2,93	39.246
	Industriais					
S. Bernardo do Campo	Residentes na Origem					
	Não-Migrantes	9,83	46,86	33,91	8,12	135.417
	Outros Migrantes	19,23	53,10	22,01	4,01	26.535
	Emigrantes/Município de Destino					
	S. Bernardo	6,11	34,46	41,12	17,25	7.105
	Dorm.I-Sudeste	21,19	60,04	16,71	1,24	7.248
	Residentes na Origem					
	Não-Migrantes	14,03	46,22	30,10	8,55	53.138
	Outros Migrantes	25,36	48,29	20,31	4,38	23.522
	Emigrantes/Município de Destino					
Dorm.I-Sudeste	21,78	58,19	16,54	1,86	4.811	
Osasco	Residentes na Origem					
	Não-Migrantes	18,56	53,46	22,73	3,59	71.332
	Outros Migrantes	29,60	53,97	13,81	1,42	27.400
	Emigrantes/Município de Destino					
	Barueri	34,79	55,83	8,91	0,27	1.488
	Carapicuíba	27,91	57,04	13,39	0,65	6.109

FORTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações especiais (NEPO/Unicamp).

dinamismo econômico, o perfil e o volume das oportunidades de trabalho existentes nestas áreas tenderiam a atrair pessoas mais qualificadas ou, simplesmente, a melhorar o nível de remuneração dos migrantes, alterando favoravelmente suas condições de vida.

Em contrapartida, em todos os demais fluxos a desvantagem relativa dos migrantes em questão é clara, tendendo inclusive a acentuar-se dependendo do destino. Este é o caso, por exemplo, dos fluxos que partem de São Paulo em direção aos municípios dormitórios, cujas proporções de famílias abaixo da linha de pobreza (menos de 0,68 SM) variam de 22,1%, para aquelas que se dirigiram para o vetor Sudeste, até 38,8%, para as que rumaram para os municípios do vetor Leste.

Da comparação com "outros migrantes" residentes na origem também

surtem alguns aspectos interessantes: diferentemente do que se observou acerca das populações de destino, em relação às quais, invariavelmente, o migrante interno encontrava-se em melhor situação, o resultado desta comparação apresenta variações significativas. Em geral, constata-se que, enquanto os migrantes componentes das correntes direcionadas para municípios dormitórios estão mais concentrados na faixa de pobreza e apresentam, portanto, uma participação de famílias com rendimentos superiores a cinco salários mínimos muito menor que os "outros migrantes", a situação inverte-se totalmente com relação àqueles com destino às áreas mais industrializadas da RMSP.

A Tabela 3 também permite que se observe a semelhança existente entre os fluxos com distintas origens mas com um mesmo destino. Neste caso, a compara-

Tabela 4
Distribuição das famílias residentes por infra-estrutura básica do domicílio, segundo município de origem, condição migratória do chefe e fluxos migratórios mais significativos Região Metropolitana de São Paulo - 1980

Município de Origem	Condição Migratória do Chefe	Distribuição Percentual das Famílias Residentes por Infra-Estrutura Básica dos Domicílios					
		Rede Geral Esgoto + Fossa Sep.	Rede Geral Água	Energia Elétrica		Domicílio Próprio	Total
				C/ Med.	S/ Med.		
São Paulo	Residentes na Origem						
	Não-Migrantes	82,54	94,00	76,68	21,71	58,09	1.734.898
	Outros Migrantes	69,92	84,70	51,31	44,92	28,00	408.341
	Emigrantes/Município de Destino						
	Industriais	95,27	96,69	76,83	20,58	41,92	10.948
	Ind./Dormitórios	60,18	77,68	66,61	30,22	59,69	62.644
Industriais	Dom. I-Sudeste	70,88	80,48	64,69	32,82	52,80	16.081
	Dom. I-Leste	11,41	50,76	61,68	29,66	61,59	12.736
	Dom. I-Oeste/Norte	39,33	67,49	60,63	36,54	64,56	38.965
	Residentes na Origem						
	Não-Migrantes	96,53	97,46	83,37	15,44	62,85	135.417
	Outros Migrantes	88,01	93,75	59,62	36,45	22,52	26.535
S. Bernardo do Campo	Emigrantes/Município de Destino						
	S. Bernardo	95,48	94,40	85,29	13,12	65,52	7.105
	Dom. I-Sudeste	52,73	86,24	65,78	30,86	60,28	7.248
	Residentes na Origem						
	Não-Migrantes	88,77	87,92	71,79	24,99	67,62	53.138
	Outros Migrantes	71,03	73,68	40,38	50,51	41,12	23.522
Osasco	Emigrantes/Município de Destino						
	Dom. I-Sudeste	66,85	75,66	51,44	46,65	50,65	4.811
	Residentes na Origem						
	Não-Migrantes	73,49	96,98	59,92	37,91	63,89	71.332
	Outros Migrantes	60,82	92,99	36,94	59,00	28,77	27.400
	Emigrantes/Município de Destino						
Osasco	Barueri	24,06	43,21	41,06	50,34	51,55	1.488
	Carapicuíba	56,64	82,08	62,63	35,78	73,66	6.109

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações especiais (NEPO/Unicamp).

ção entre os fluxos com origem na capital e aqueles provenientes das áreas industriais e industriais/dormitórios pode ser útil.

De fato, os fluxos destinados aos municípios dormitórios, pelo menos no que respeita à distribuição das famílias segundo a renda *per capita*, são muito parecidos, sugerindo que as características da migração intrametropolitana possam estar muito mais associadas ao perfil das áreas de destino dos movimentos. Decerto, este resultado não poderia ser generalizado para outras regiões metropolitanas, uma vez que as principais áreas expulsoras em São Paulo, além de poucas, são as mais industrializadas e, portanto, com várias características semelhantes.

Outra dimensão a ser considerada na presente análise comparativa diz res-

peito às características físicas dos domicílios, elemento que, de certa forma, completa o quadro das condições de vida das famílias analisadas (Tabela 4).

A partir das informações apresentadas, percebe-se que, em termos de saneamento básico (água e esgoto), os migrantes intrametropolitanos, em geral, encontram-se em condições mais precárias que os demais residentes na origem, embora em alguns fluxos específicos como, por exemplo, aqueles direcionados aos municípios industrializados eles apresentem maiores semelhanças.

Na verdade, as características dos domicílios relacionadas ao saneamento básico, por dependerem em grande medida do desenvolvimento socioeconômico dos respectivos municípios, podem distorcer as comparações pretendidas. Portanto, qualquer diferença entre os mi-

grantes internos e a população de origem poderia refletir muito mais as condições das áreas de residência que propriamente as das famílias envolvidas.

A comparação fica mais clara, contudo, quando analisamos as informações sobre disponibilidade de energia elétrica e posse dos domicílios. Neste caso, observa-se uma situação mais favorável dos "não-migrantes" e pior dos "outros migrantes". A despeito de os dados indicarem uma certa universalização da disponibilidade de energia elétrica, é possível inferir que os migrantes intrametropolitanos, por apresentarem maior porcentagem de domicílios "com medidor", desfrutam, em média, de uma melhor situação relativa que os "outros migrantes", assemelhando-se muito mais aos "não-migrantes" (11).

Chega-se a igual conclusão quando se observa as porcentagens de domicílios próprios. Em geral, os migrantes em questão alcançam índices de posse dos imóveis até mesmo superiores àqueles dos "não-migrantes"; com relação aos "outros migrantes", esta discrepância atinge patamares muito altos.

Certamente, o simples fato de ser proprietária do imóvel não confere à família uma situação mais ou menos favorável, pois esta informação não revela as condições do imóvel no que se refere à sua construção, localização etc. No entanto, deve-se levar em conta que a valorização imobiliária de alguns dos municípios de destino como, por exemplo, os industriais torna muito mais difícil a aquisição de uma residência, fato que, pelo menos nestes casos, corroboraria as

conclusões sobre a situação econômica dos migrantes, principalmente com relação aos "não-migrantes".

Além disso, com exceção do fluxo de São Paulo para os municípios dormitórios l/Leste, cujas famílias padecem de grandes carências em termos de infraestrutura básica, a análise combinada dos vários indicadores referentes ao domicílio leva a crer que os migrantes intrametropolitanos, de fato, apresentam melhores condições habitacionais que os "outros migrantes". Se não, vejamos. Será que o fato de o domicílio, além de "próprio", ser melhor em termos de infraestrutura não é suficiente para caracterizar uma vantagem? Acredita-se que sim, o que, tomado em conjunto com os diferenciais de renda, conferiria uma maior segurança às conclusões anteriormente apresentadas.

Por último, é importante salientar, uma vez mais, que as conclusões não se modificam sobremaneira quando consideramos fluxos com um mesmo destino, porém com origens distintas, resultado que reforça a importância dos fatores de motivação/constrangimento (mercados de terras e de trabalho) na definição das características da migração intrametropolitana em São Paulo.

Serão realmente os mais pobres os que migram?

Não obstante as constatações anteriores, há razões para se supor que os movimentos intrametropolitanos não se configuram como uma migração dos mais

(11) Nessa conclusão está embutida a idéia de "forma" de acesso aos bens públicos. O posse de medidor de luz significa que o acesso à eletricidade se dá de maneira adequada. No caso contrário, estaria indicando um acesso precário - ligações clandestinas ou extensões (os chamados "gatos") - ou mesmo não privilegiado, no sentido de que o domicílio (ou a família residente) não teria as condições necessárias para receber uma ligação regular de luz - as casas de fundo, por exemplo. Acredita-se que em qualquer um desses dois últimos casos a situação, de maneira geral, configuraria-se como mais desvantajosa, pois estaria ligada a uma provável maior dificuldade econômica da família.

Tabela 5

Distribuição das famílias residentes com renda *per capita* inferior a dois salários mínimos por características do domicílio, segundo fluxos migratórios mais significativos e condição migratória do chefe
Região Metropolitana de São Paulo - 1980

Município de Origem	Condição Migratória do Chefe	Renda Per Capita Familiar		Distribuição das Famílias por Características do Domicílio (%)									
		Famílias Pobres (%)*	Renda Média (SM)	Rede de Água		Escadouro		Rede Elétrica (Medidor)		Condição de Ocupação			
				Com	Sem	Rede de Esgoto	Fossa Sêptica	Com	Sem	Próprio	Alugado		
São Paulo	Residentes na Origem												
	Não-Migrantes	25,37	1,06	84,73	6,08	47,78	27,03	66,92	30,75	53,78	34,38		
	Outros Migrantes	33,39	0,96	66,69	13,91	36,23	25,95	41,70	53,60	28,72	60,71		
	Emigrantes/Município de Destino												
	Industriais	20,13	1,12	86,82	8,02	86,56	5,32	65,64	30,10	29,19	58,15		
	Ind./Dormitórios	29,33	1,01	62,21	6,57	30,55	16,64	55,49	39,97	53,98	35,48		
Industriais	Dorm.I-Sudeste	28,57	0,99	67,78	10,15	27,39	40,24	61,57	35,47	50,91	39,44		
	Dorm.I-Leste	45,63	0,81	39,59	9,23	6,01	3,08	59,56	30,99	61,83	25,34		
	Dorm.I-Oeste/Norte	35,44	0,92	54,89	10,91	3,04	33,00	58,10	38,76	63,82	25,49		
	Residentes na Origem												
	Não-Migrantes	18,19	1,12	92,63	3,47	90,56	4,04	77,03	20,41	57,78	29,15		
	Outros Migrantes	27,63	1,02	80,12	12,06	77,51	7,49	54,63	40,42	21,11	64,57		
S. Bernardo do Campo	Emigrantes/Município de Destino												
	S. Bernardo	15,93	1,20	83,39	4,52	84,04	6,10	74,08	22,30	52,81	34,95		
	Dorm.I-Sudeste	26,53	1,02	75,84	8,58	15,56	33,31	63,81	32,51	60,78	31,28		
	Residentes na Origem												
	Não-Migrantes	24,03	1,08	75,38	6,68	77,16	5,82	61,61	33,72	62,60	22,57		
	Outros Migrantes	35,34	0,94	50,48	16,92	55,28	8,61	32,22	56,20	42,50	45,11		
Osasco	Emigrantes/Município de Destino												
	Dorm.I-Sudeste	27,77	1,01	58,85	14,65	22,50	40,58	50,93	45,64	53,77	39,68		
	Residentes na Origem												
	Não-Migrantes	26,62	1,02	84,01	12,20	24,33	44,13	54,69	42,72	61,47	25,17		
	Outros Migrantes	35,96	0,92	70,45	21,69	18,05	39,66	33,34	61,55	28,20	59,53		
	Emigrantes/Município de Destino												
Barueri	38,39	0,86	34,72	6,60	0,00	23,29	39,47	52,23	50,74	32,05			
Carapicuíba	33,33	0,94	66,18	14,35	0,00	55,96	61,45	36,77	73,38	20,34			

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Tabulações especiais (NEPO/Unicamp).

* Porcentagens de famílias com renda *per capita* inferior a 0,68 SM (linha de pobreza). Incluem sem rendimentos.

pobres, uma vez que esta mudança de domicílio demandaria uma disponibilidade financeira mínima, sobretudo no caso das famílias que deixam as áreas centrais (principalmente a capital) em busca das ofertas habitacionais existentes na periferia.

De fato, a compra de um lote ou de uma casa, por piores e mal localizados que sejam, envolve um custo com o qual nem todas as famílias de baixa renda podem arcar. Mesmo no caso da migra-

ção motivada por razões de trabalho, é grande a possibilidade de que estes migrantes apresentem melhor qualificação, a fim de poderem responder de maneira mais adequada às demandas geradas nos outros centros industriais da região.

O que se pretende aqui é detectar, para o estrato social mais pobre (aqui chamado de "baixa renda" (12)), a existência (ou não) de uma diferenciação entre os migrantes e os demais residentes nas áreas de origem, o que é difícil de

(12) Devido ao caráter apenas exploratório desta seção, não se teve grandes preocupações em determinar um critério preciso para classificar as famílias de baixa renda. Para os fins da presente discussão, tais famílias foram definidas como aquelas com renda média *per capita* inferior a dois salários mínimos

avaliar a partir da análise agregada feita até o momento.

As informações apresentadas na Tabela 5 corroboram os resultados obtidos anteriormente para a totalidade das famílias (Tabela 4). Mesmo neste estrato específico, seja com relação à proporção de famílias abaixo da "faixa de pobreza", seja em termos da renda média percebida, constata-se uma certa tendência no sentido de os "não-migrantes" apresentarem condição mais favorável que os migrantes intrametropolitanos. Note-se, porém, que o grau desta discrepância acentua-se nos fluxos direcionados aos municípios dormitórios vetores Leste e Oeste/Norte, que representam áreas mais carentes e menos desenvolvidas da Região Metropolitana de São Paulo, e muda de sentido naqueles dirigidos aos municípios industriais e a São Bernardo do Campo, já que, nestes fluxos, os migrantes apresentavam-se em melhores condições.

Já quanto às famílias residentes na origem classificadas como "outros migrantes", no que se refere à renda *per capita*, o que se observa é que o único caso no qual se configura uma situação mais precária dos migrantes intrametropolitanos é no fluxo São Paulo/dormitórios I-Leste, cujo destino é uma das áreas mais pobres da região. Nos demais casos, os migrantes, quando não se encontravam em melhores condições, no mínimo apresentavam grande semelhança com os "outros migrantes".

Tal resultado reforça-se ainda mais quando se considera os demais indicadores da Tabela 5 referentes às condições de domicílio, evidentemente, com a cautela com que tais dados devem ser analisados. Os dados sobre infra-estrutura (e tipo de acesso a ela) e condição de ocupação do domicílio dão conta de que os migrantes "pobres" parecem estar em melhores condições que os "outros migrantes", o mesmo acontecendo com relação aos "não-migrantes" nos fluxos direcionados às áreas mais industrializa-

das como os municípios industriais, industriais/dormitórios ou dormitórios/Sudeste.

Da mesma forma que para a conjunto dos migrantes, as diferenças para o estrato mais pobre reforçam-se ainda mais quando a comparação é feita levando em conta a condição de acesso aos serviços, como é o caso, por exemplo, da energia elétrica.

Em suma, esta breve análise das famílias de baixa renda mostra que aquelas com chefes migrantes intrametropolitanos podem ser consideradas mais pobres apenas com relação às famílias "não-migrantes", e assim mesmo com várias exceções, como são os fluxos migratórios dirigidos a centros mais industrializados. No que tange à comparação com os "outros migrantes", a conclusão depende em maior medida do fluxo considerado, muito embora apenas naqueles com destino aos municípios dormitórios I/Leste fique evidente a situação mais desfavorável dos migrantes internos.

Assim, pode-se dizer, no mínimo, que é arriscado sustentar que a migração intrametropolitana configura-se como uma migração dos mais pobres. Na verdade, a única situação em que esta assertiva parece ser verdadeira — embora, ainda assim, com exceções — é justamente quando se compara os migrantes internos com a população de baixa renda residente há mais tempo no município ("não-migrantes"), que, por sua própria condição de antiguidade, poderia possuir um maior grau de estabilidade financeira e residencial nos principais centros de origem dos movimentos internos.

Uma vez que as características da migração intrametropolitana, em termos de seus condicionantes, fazem com que ela apresente variações importantes segundo a direção do fluxo migratório, não se pode pretender considerá-la de forma agregada, sob pena de se chegar a conclusões equivocadas. Assim, o mais razoável a fazer, ao menos no caso da Região Metropolitana de São Paulo, é

pensar esta migração como um fenômeno de várias facetas, as quais se configurariam segundo a intensidade com que cada um de seus condicionantes se combinam e se expressam nos vários subespaços.

Conclusão

O fenômeno da migração intrametropolitana em São Paulo tem sido muito pouco estudado, não obstante seu papel no processo de formação e (re)estruturação da RMSP seja da maior importância. Esta carência se reflete, evidentemente, nas poucas informações sobre as características dos migrantes internos e suas famílias.

Muito embora este tipo de migração não seja uma exceção à regra, no sentido de ser empreendida predominantemente por pessoas de baixa renda, o seu estudo mais detalhado segundo os fluxos migratórios revela questões interessantes.

Neste artigo, procurou-se mostrar que não apenas o perfil das famílias migrantes variava segundo o município de destino e que, portanto, havia distintas "gradações" da propalada "migração da pobreza", mas também que, no que se refere ao lugar de origem, estes movimentos não eram feitos necessariamente pelos mais pobres.

Assim, as pequenas diferenças dos migrantes relativamente à população "não-migrante" no lugar de destino me levaram a concluir sobre o papel da migração intrametropolitana como um dos mecanismos de reforço do processo de segregação espacial existente na região. Concluiu-se também que, tanto as diferenças entre os migrantes intrametropolitanos dos distintos fluxos, quanto destes com relação aos demais residentes dependiam principalmente do lugar de destino dos mesmos, uma vez que as discrepâncias entre fluxos com distintas origens e mesmo destino eram pouco significativas.

De maneira a controlar o efeito do tempo de residência sobre as características dos migrantes, realizou-se uma análise considerando esta variável, a qual se mostrou pouco significativa, tendo em vista a grande semelhança entre os migrantes mais recentes e os mais antigos. Tal resultado, longe de ser interpretado como revelador da irrelevância do tempo de residência para o estudo deste tipo de migrante, sugeriu que, dadas as especificidades desse movimento, a consideração do tempo de chegada na região talvez tivesse implicações mais visíveis no perfil do migrante. A impossibilidade de se contar com tal informação, contudo, fez com que toda a análise seguinte prescindisse dessa variável.

Quanto às áreas de origem, mostrou-se que as desvantagens relativas verificadas, em geral, para os migrantes intrametropolitanos em comparação aos "não-migrantes" praticamente desapareciam quando eram considerados os fluxos dirigidos para as áreas industriais, sendo que, em alguns casos, foi constatada até mesmo uma melhor situação dos primeiros. Verificou-se uma situação semelhante com relação aos "outros migrantes". Tal resultado confirmou as importantes diferenças qualitativas existentes entre os fluxos direcionados para áreas com distintos níveis de desenvolvimento urbano-industrial.

Por último, a análise da população de baixa renda revelou que, quanto à origem, de fato, havia diferenciais significativos entre os migrantes intrametropolitanos e os "outros migrantes", o que se interpretou como um indicativo de que mesmo a migração para a periferia não era feita necessariamente pela população mais empobrecida, situação que se mostrava coerente com a necessidade de posse, ao menos, de certos recursos para a mudança.

Assim, mesmo com suas limitações inerentes, os dados levantados e analisados sugerem o caráter seletivo da migração intrametropolitana, tanto no que se

refere ao seu papel de reforço da segregação espacial regional, quanto no que diz respeito ao fato de estes migrantes

serem, em média, menos pobres que muitos dos indivíduos que potencialmente poderiam fazer o mesmo movimento.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M.M.D. *Uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana*. Dissertação de mestrado em Geografia, São Paulo, Departamento de Geografia, USP, 1979.
- ARAÚJO, M.F.I. "Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo". In: FUNDAÇÃO SEADE, *São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista - a Região Administrativa da Grande São Paulo*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 6, 1992, pp. 17-54.
- ARAÚJO, M.F.I. e PACHECO, C.A. "A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80". In: FUNDAÇÃO SEADE, *São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista - a Região Administrativa da Grande São Paulo*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 6, 1992, pp. 55-94.
- BLAY, E.A. "Planejamento para quem? Ou a reprodução das favelas em cidades paulistas". In: BLAY, E.A., *A luta pelo espaço*, Petrópolis, Vozes, 1978.
- BÓGUS, L.M.M. "Vila do encontro: a cidade chega à periferia". *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, São Paulo, PRODEUR/FAU/USP, n. 4, 1981.
- BONDUKI, N.J. e ROLNIK, R. "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, São Paulo, PRODEUR/FAU/USP, n. 2, 1979.
- CALDEIRA, T.P.R. *City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Berkeley University, 1992.
- CAMARGO, A.B.M. e MONTALI, L. "Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional e evolução da população". In: FUNDAÇÃO SEADE, *O jovem na Grande São Paulo*, São Paulo, Fundação SEADE, 1988, pp. 21-34.
- CAMARGO, C.P.C. et al. *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola, 1975.
- CANO, W. et al. "O processo de urbanização paulista no período 1970/89". In: FUNDAÇÃO SEADE, *São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 5, 1992.
- CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Departamento de Geografia, USP, 1986.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Ed., 1974.
- COMPANHIA do Metropolitano de São Paulo. Pesquisa OD/87: síntese das informações. São Paulo, 1989.
- CUNHA, J.M.P. "As correntes migratórias na Grande São Paulo". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 1, n. 2, 1987.
- _____. "Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo". *Conjuntura Demográfica*, São Paulo, n. 22, 1993.
- _____. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado, Campinas, IFCH, Unicamp, 1994.
- _____. "A mobilidade intra-regional na metrópole: consolida-se uma questão". *Travessia*, São Paulo, ano VIII, n. 23, 1995.
- DUARTE, J.C.(coord.). *Migrações intrametropolitanas, reprodução da força de trabalho e formação da periferia de São Paulo*. São Paulo, PRODEUR/FAU/USP, mimeo, 1981.
- FREY, W.H. "Migration and metropolitan decline in developed countries: a comparative

- study". *Population and Development Review*, vol. 14, n. 4, dezembro, 1988.
- FUGUITT, G.V. "The nonmetropolitan population turnaround". *Annual Review of Sociology*, vol. 11, 1985, pp. 259-80.
- FUGUITT, G.V. e BRAWN, D. "Residential preferences and population redistribution". *Demography*, vol. 27, n. 4, novembro, 1990.
- FUNDAÇÃO SEADE. *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo, Fundação SEADE, 1988.
- _____. *São Paulo em números*. São Paulo, Fundação SEADE, 1993.
- GOTTDIENER, M. *The social production of urban space*. Austin, University of Texas Press, 1985.
- LANGENBUCH, J.R. *A estruturação da Grande São Paulo - estudo da geografia urbana*. Tese de Doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro/Unicamp, 1971.
- MARTINE, G. "Adaptation of migrants or survival of the fittest?". *The Journal of Developing Areas*, vol. 14, n. 1, outubro, 1979, pp. 23-42.
- _____. "A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80". *Texto para discussão*, Brasília, Ipea, n. 329, 1994.
- MATOS, R.E.S. *A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na região-core*. Tese de doutorado em Demografia, Belo Horizonte, Cedeplar/FACE/UFMG, 1994.
- MÉDICI, A.C. "Notas interpretativas sobre a variável 'renda' nos Censos Demográficos". In: ABEP, *Censos, consensos, contra-sensos*, Ouro Preto, ABEP, 1984.
- MONTALI, L. *Periferia: o crescimento da pobreza*. S/l., s/n., mimeo.
- MONTALI, L. *et al.* *Percursos migratórios: constituição das formas de reprodução do trabalhador urbano*. São Paulo, FAU/USP, mimeo, 1981.
- PATARRA, N. e BOGUS, L.M. "Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso". *Anais do II Encontro Nacional de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, vol. 2, 1980.
- RIGOTTI, J.I.R. *Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte - década de 70*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, Cedeplar/FACE/UFMG, 1994.
- ROCHA, S. "Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80". *Boletim Conjuntural*, n. 12, janeiro, 1991.
- SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1968.

RESUMO - Migração intrametropolitana: movimentos dos pobres? A análise dos dados do Censo Demográfico de 1980 mostrou que os movimentos migratórios internos na Região Metropolitana de São Paulo na década de 70 envolviam predominantemente pessoas ou famílias de baixa renda, muito embora fosse sensível a diferenciação entre os migrantes segundo as características socioeconômicas dos seus locais de destino. Este artigo sustenta, no entanto, que não necessariamente eram os mais pobres que migravam internamente na Região Metropolitana de São Paulo, resultado sugerido pelas comparações com os demais residentes na origem e interpretado à luz do conjunto de condicionantes destes movimentos.

ABSTRACT - Intermetropolitan migration: movements of the poor people? An analysis of the Demographic Census basis of 1980 showed that the migratory movement in the Metropolitan Region of São Paulo in the 70 decade involved in its majority families in low income tax, even though it was sensible a differentiation between the migrants

according to the socioeconomic characteristics of their places of destination. The article sustains, however, that not necessarily were the poorer people who used to migrate internally in the Metropolitan Region of São Paulo, result suggested by the comparisons with the other residents in the origin and interpreted on light of the entirety of restrictions of these movements.

(Recebido para publicação em setembro de 1995)